



---

# Conta de Gerência

---

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Francisco Guterres".

## Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública

---

# 2021

---



Rua de Xabregas, n.º 44, 1949-017 Lisboa  
Tel: 218 618 000 | Fax: 218 618 099  
e-mail: [geral@sspsp.pt](mailto:geral@sspsp.pt)  
[www.sspsp.pt](http://www.sspsp.pt)



*Fernando Madureira*

## ÍNDICE

## PÁGINA

<b>1. Relatório de Gestão</b>	
1.1. Introdução.....	3
1.2. Síntese Actividade.....	4
1.3. Caracterização da Entidade.....	6
1.4. Análise Global da Execução Orçamental.....	9
1.5. Análise Económica e Financeira.....	19
1.6. Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.....	33



## INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei Nº. 232/97 de 3 de Setembro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), apresentam-se os documentos de prestação de contas bem como o presente relatório financeiro, que reporta os principais aspectos financeiros da actividade do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública (CPPSP).

Neste pressuposto, é aqui analisada a situação financeira dos CPPSP no final do ano de 2021, traduzindo fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica.

No que diz respeito à execução orçamental, estão expressas neste relatório, informações sobre a execução das receitas e das despesas, incluindo as necessárias comparações com os valores de anos anteriores.

Foram utilizados na medida do possível, os métodos mais adequados à especificidade inherente aos modos de classificação das receitas e despesas, procurando que seja clara a situação financeira dos SSPSP, apresentando-se um conjunto de mapas e quadros que permitem enriquecer a análise de um ponto de vista dinâmico, através de comparações com pelo menos os últimos três exercícios.

Apresentam-se conjuntamente com o presente relatório, todos os mapas de prestação de contas exigidos pela Resolução n.º 2/2021 e Instrução n.º 1/2004, de 22 de Janeiro do Tribunal de Contas. Mais se informa que, de acordo com o ponto 7 da Resolução nº 2/2021 do Tribunal de Contas- 2.º S do Tribunal de Contas, reforçado pelo ponto 2 do art.º 350 da Lei do Orçamento de Estado de 2021, os SSPSP submetem os mapas de prestações contas no regime contabilístico POCP, uma vez que ainda não estão reunidas todas as condições para garantir fiabilidades dos factos contabilísticos em SNC-AP.

No decorrer do exercício, foram cumpridas todas as obrigações fiscais, não tendo esta entidade qualquer dívida quer junto da Administração Fiscal, quer na Segurança Social.

Na área financeira e orçamental, aprovisionamento e património, os CPPSP dispõem desde 01 de Janeiro de 2016 a aplicação Serviços de Gestão de Recursos Financeiros e Orçamentais em modo partilhado (GeRFiP) prestados pela Direção de Gestão de Clientes e Serviços e Inovação, designada por ESPAP, que assegura o cumprimento das várias fases da receita e despesa, bem como os registos do imobilizado (património).



*[Handwritten signature]*

## SINTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública (CPPSP) é um organismo de utilidade pública com personalidade jurídica, encontrando-se regulamentado pela portaria 18 836, de 24 de Novembro de 1961.

Atua na área da acção social complementar, surgiu inicialmente como substituto aglutinador das diferentes instituições de previdência que existiam junto de vários comandos da PSP, das quais apenas permaneceu até hoje o Montepio da PSP de Lisboa, criado em 24 de Dezembro de 1927.

No quadro da sua nobre missão, o CPPSP promove essencialmente dois tipos de serviço: a disponibilização de habitação social e de alojamento temporário aos seus subscritores e, como finalidade essencial, de acordo com a Lei, a prestação por morte dos seus subscritores de um subsídio pecuniário.

A principal receita do CPPSP, como contrapartida da sua actividade, compreende em arrendamento do seu imobiliário habitacional, arrendamento de imóveis não habitacionais, quotas dos subscritores e proveitos financeiros decorrentes de aplicações (CEDIM's), emitidas pelo Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP.

A CPPSP tem a seu cargo 507 fogos de habitação em todo o território nacional, incluído nas regiões autónomas, dos quais 489 correspondem a habitação social, 4 coabitacão social, 6 lares de estudantes e 8 casas de passantes/veraneio. No entanto, este património habitacional, apresenta-se já com um grau de antiguidade, facto que obriga a medidas de requalificação dos imóveis.



*François Z*

## MAPAS APRESENTADOS

- 1 - Balanço (POCP – 5)
- 2 - Demonstração de Resultados (POCP – 6)
- 3 - Controlo orçamental – Despesa (POCP – 7.1)
- 4 - Controlo orçamental – Receita (POCP – 7.2)
- 5 - Fluxos de caixa (POCP – 7.3)
- 7 - Descontos e retenções (POCP – 7.5.1)
- 8 - Entrega de descontos e retenções (POCP – 7.5.2)
- 10 - Orçamento – Despesa (POCP – 7.7.1)
- 11 - Orçamento – Receita (POCP – 7.7.2)
- 17- Caracterização da entidade (POCP – 8.1)
- 18 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados por natureza (POCP – 8.2)
- 19 - Alterações orçamentais – Despesa (POCP – 8.3.1-1)
- 20 - Alterações orçamentais – Receita (POCP – 8.3.1-2)
- 21 - Contratação administrativa – Situação dos contratos (POCP – 8.3.2-1)
- 22 - Contratação administrativa – Formas de adjudicação (POCP – 8.3.2-2)
- 24 - Transferências correntes – Despesa (POCP – 8.3.4-1)
- 27 - Transferências correntes – Receita (POCP – 8.3.4-4)
- 30 - Activos de rendimento fixo (POCP – 8.3.5-1)
- 33 - Relatório de gestão
- 34 - Guia de remessa
- 35 - Relação nominal de responsáveis
- 36 - Acta da reunião de apreciação das contas pelo órgão competente
- 39 - Certidões ou extractos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício
- 40 - Certidões dos juros obtidos no exercício
- 42 - Reconciliações bancárias
- 43 - Síntese das reconciliações bancárias
- 44 - Relação de acumulação de funções
- 45 - Mapa Síntese dos Bens Inventariados
- 46 - Mapa de Unidade de Tesouraria (Decomposição dos Saldos de Abertura e Encerramento constantes do Mapa de Fluxos de Caixa)
- 47 - Anexo - Declaração de Responsabilidade



*Bento  
Mafra*

## CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

### 1. IDENTIFICAÇÃO

**Designação:** Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública

**NIF:** 500 766 673

**Endereço (Sede):** Rua de Xabregas n.º 44, 1949-017 Lisboa

**Concelho:** Lisboa      **Distrito:** Lisboa

**Telefone:** 21 861 80 00 **Fax:** 21 861 80 99

**E-mail:** [geral@sspsp.pt](mailto:geral@sspsp.pt)

**Página Internet:** [www.sspsp.pt](http://www.sspsp.pt)

**Regime Financeiro:** Regime Simplificado do POCP

### 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Ao abrigo do disposto na Portaria 18 836, de 24 de Novembro de 1961, e nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, e no artigo 27.º, n.º 1, al. a) da Portaria n.º 9-A/2017, de 5 de Janeiro, foi delegado, com a faculdade de subdelegação, no Secretário-Geral dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (PSP), Superintendente-chefe José Augusto de Barros Correia.

De acordo com o Art. 52.º da Portaria 18 836, de 24 de Novembro de 1961, o Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública terá a seguinte organização:

1.º Direcção;

2.º Serviços.

## Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão



O Cofre será gerido por uma direcção constituída da seguinte forma:

- a) Presidente, o comandante-geral da Polícia de Segurança Pública e director dos Serviços Sociais da mesma Polícia;
- b) Vice-presidente, o secretário-geral dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública;
- c) Três vogais - o presidente do conselho administrativo do Cofre, o chefe da secção de quotas e subsídios e o chefe da secretaria do Cofre, que desempenha cumulativamente as funções de secretário da direcção do Cofre.

No ano de 2021 o CPPSP desenvolveu a sua atividade, que se dirigiu para um universo de cerca de 27 071 subscriptores (menos 103 que no ano de 2020), compreendendo-se neste universo obrigatoriamente, todo o pessoal em serviço ativo na PSP e o pessoal aposentado a 31 de dezembro do período em análise. No quadro de pessoal do CPPSP, encontravam-se a desempenhar funções 9 efetivos, sendo 33% com funções policiais e os restantes 66% com funções não policiais, conforme quadro seguinte:

**Mapa de Pessoal em funções - 2021 (31DEZ)**

Pessoal em Funções Públicas	Cargo/Categoria	dez-20	dez-21	Peso	Variação		
<b>Policias - Pessoal em Funções</b>	Oficial de Policia	1	0	0,0%	-1	100,0%	
	Chefe de Policia	1	1	11,1%	0	0,0%	
	Agentes de Policia	2	2	22,2%	0	0,0%	
	Subtotal...	4	3	33,3%	-1	-25,0%	
<b>Pessoal com funções não Policiais</b>	Técnicos Superiores	1	1	11,1%	0	100,0%	
	Técnico Informático	1	1	11,1%	0	100,0%	
	Assistente Técnico	2	1	11,1%	-1	-50,0%	
	Assistente Operacional	0	0	0,0%	0	100,0%	
	Estagiarios da AP	0	3	33,3%	3	200,0%	
	Subtotal...	4	6	66,7%	2	50,0%	
		<b>TOTAL...</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>100,0%</b>	<b>1</b>	<b>12,5%</b>

*Quadro 1: Estrutura de Recursos Humanos – CPPSP 2021*



*[Handwritten signature]*

### 3. ORGANIZAÇÃO CONTABILISTICA

Para a aplicação prática do Regime Contabilístico Simplificado do POCP, aos CPPSP utiliza o Software Aplicacional Gerfip da ESPAP.

#### Características gerais do Software:

- Integração da Contabilidade Orçamental e Patrimonial;
- Elaboração dos Documentos Provisionais (Orçamento Inicial e Plano Plurianual de Investimentos e das Ações Mais Relevantes) e respetivas modificações orçamentais;
- Distinção das 5 fases contabilísticas da Despesa: Cabimento, Compromisso, Fatura, Liquidação e Pagamento;
- Registo de Depósitos e Reforços de Caixa;
- Elaboração e Impressão de todos os Documentos Contabilísticos previstos no POCP;
- Apuramento de Resultados automatizado;
- Impressão dos Documentos de Prestação de Contas.



## ANÁLISE ORÇAMENTAL

### 1. RECEITA

No quadro seguinte, apresenta-se a estrutura e a evolução homóloga da receita cobrada líquida dos Cofre de Previdência da PSP (CPPSP):

CAPITULOS	2020		2021			Peso nas Receitas	% Variação
	Realizado	%	Previsto	Realizado	Execução		
Taxas, Multas e outras Penalidades	300,00 €	0,00%	50,00 €	5.376,03 €	10752,06%	0,55%	1.692,01
Rendimentos de Propriedades	24.800,00 €	0,40%	25.000,00 €	24.800,00 €	99,20%	2,54%	0,00
Transferências Correntes	161.452,35 €	2,58%	165.000,00 €	160.760,91 €	97,43%	16,49%	-0,43
Rendas	749.548,27 €	11,98%	780.000,00 €	781.726,85 €	100,22%	80,20%	4,29
Outras Receitas Correntes	153,00 €	0,00%	200,00 €	2.005,02 €	1003,01%	0,21%	1.211,12
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>936.253,62 €</b>	<b>14,97%</b>	<b>970.250,00 €</b>	<b>974.669,81 €</b>	<b>100,46%</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,10</b>
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00%	500,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	-
Reposições Abatidas nos pagamentos	0,00 €	0,00%	250,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	-
<b>Total das Receitas Capital</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00%</b>	<b>750,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>
<b>Total das Receitas Orçamentais</b>	<b>936.253,62 €</b>	<b>14,97%</b>	<b>971.000,00 €</b>	<b>974.669,81 €</b>	<b>100,38%</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,10</b>
<b>Saldo da Gerência Anterior</b>	<b>5.318.207,52 €</b>	<b>85,03%</b>	<b>5.479.014,54 €</b>	<b>5.479.014,54 €</b>	<b>100%</b>		<b>3,02</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.254.461,14 €</b>	<b>100%</b>	<b>6.450.014,54 €</b>	<b>6.453.684,35 €</b>	<b>100,06%</b>		<b>3,19</b>

Quadro 1 - Receitas Cobradas por Capítulo Económico

Como se depreende da análise do quadro anterior, o CPPSP apenas comporta a receita de carácter corrente, tendo-se verificado no ano de 2021, uma execução no montante de 974.669,81€, valor que não inclui o saldo de gerência anterior, o que consubstancia um acréscimo de 4,10%, face ao período homólogo.

O grande responsável pelo aumento da receita, teve duas origens, sendo que “Rendas habitacionais”, contribuíram com mais 31.469,65€, e as “Taxas, multas e penalidades diversas”, resultado da aplicação de sanções no âmbito do pagamento em atraso de rendas, fundamentam o valor de 5.276,03€.



O gráfico seguinte evidencia de forma desagregada, a importância do arrendamento social e a sua evolução desde 2011. Neste aspecto, torna-se crucial o investimento nestas infra-estruturas, não só pelo potencial retorno financeiro, mas mais importante, pela assistência em termos de habitação social que o CPPSP garante aos seus beneficiários e familiares.

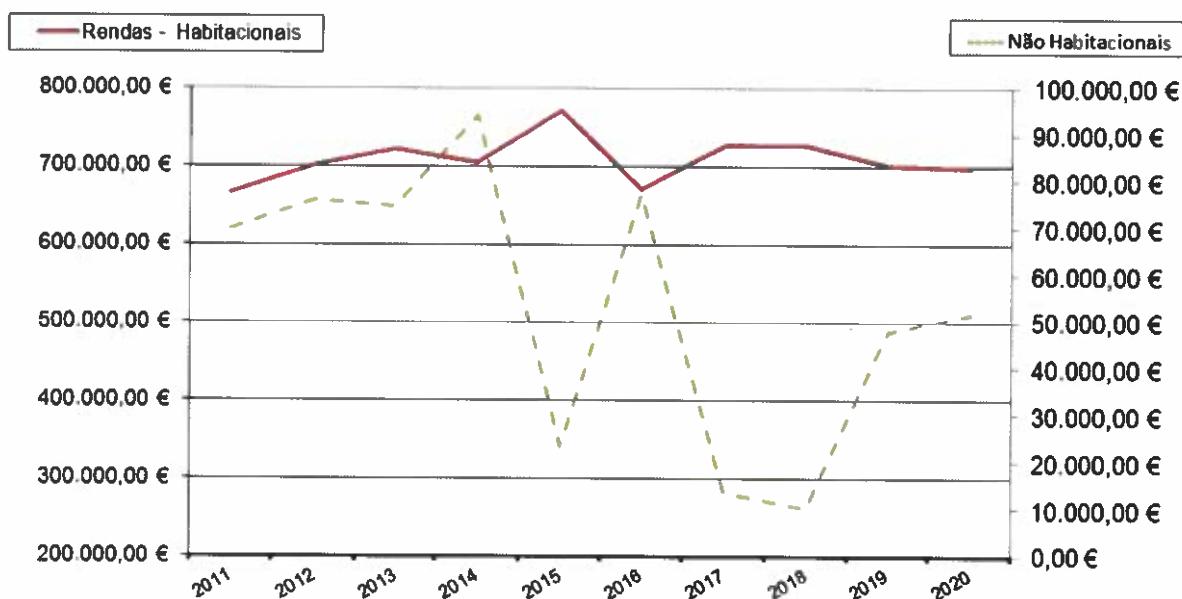


Gráfico 1: Evolução das receitas cobrada líquida com rendas 2011-2021

As “Rendas Habitacionais”, são a componente com maior peso na receita, representado cerca de 74,81%, as rendas no seu todo têm um peso de 80,20%), e regista uma estabilidade em termos de retorno financeiro. Ao contrário, as receitas com as “Rendas não Habitacionais”, têm evidenciado algumas variações significativas. As receitas neste sub-agrupamento deverão ser consideradas de forma agregada, uma vez que poderá existir erros de classificação relativo à tipologia da receita, como o é visível no gráfico supra, em especial nos anos onde existe picos com extremos opostos (2015) e picos com extremos coincidentes (2016).

As “Transferências correntes”, respeitantes as quotas dos subscritores, com uma ponderação de quase 16,49%, nota também uma estabilização de crescimento, aspecto justificado pela estabilidade em termos



do número de subscriptores do CPPSP nos últimos anos.

O gráfico seguinte relata a evolução na última década das transferências correntes (quotas dos subscriptores), onde se observa uma estagnação entre 2010 a 2015, verificando nova subida em 2016.

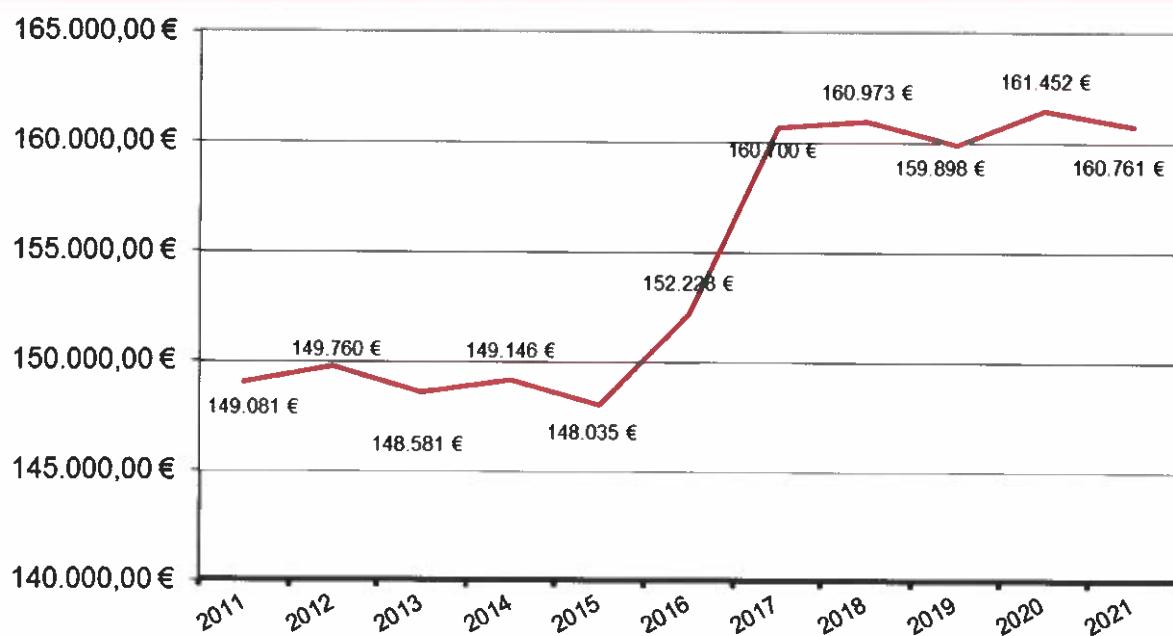


Gráfico 2: Evolução das quotas dos subscriptores 2011-2021

Em termos dos proventos advindos do aglomerado “Rendimentos de Propriedade”, este mantém o seu registo de declínio desde 2011, onde em 2014 existiu uma inflexão na tendência, justificado pelo aumento da base monetária aplicada em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC).

Em 2018, como as taxas de remuneração a aproximara-se de valores perto de zero, o CPPSP optou por aplicar em títulos do IGCP com maturidade superior a 1 ano, subscrevendo assim o montante de 4.000.000€ em Certificados Especiais de Dívida de Médio Longo Prazo (CEDIM), onde a remuneração é comparativamente superior.

Contudo, como a subscrição deste título apenas foi efetuado em 2018, apena se registou o primeiro pagamento de juros anuais no decorrer do exercício de 2019, o que justifica o valor “0” registado em 2018.



Em 2021 observa-se uma estabilização do valor em 24.800,00€, sendo que se espera que este valor de quase se mantenha constante até 2024.



Gráfico 3: Evolução dos Rendimentos de Propriedade 2011-2021

Pelo Gráfico 4 seguinte, é possível observar tanto as variações anuais, como o peso de cada rubrica no total das Receitas Cobradas Líquidas. Comprova assim, as conclusões retiradas do Quadro 2, onde as rendas com "Habitação" se destaca das demais.

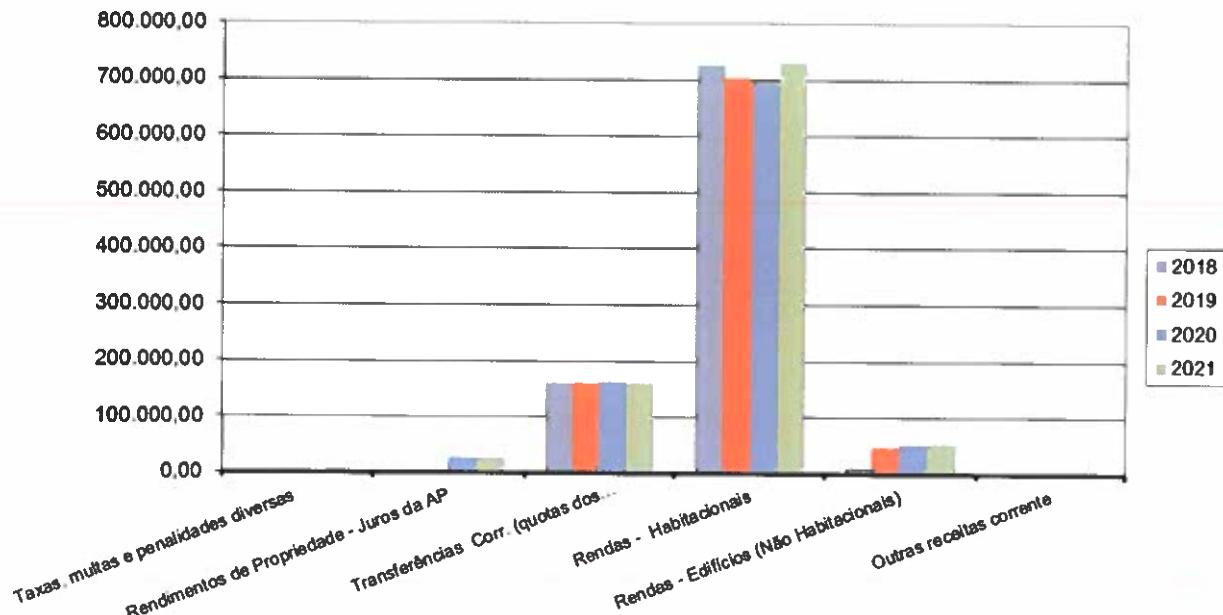


Gráfico 4: Estrutura e evolução das receitas 2018-2021

A análise ao Quadro 2 confere quanto a eficácia do orçamento proposto face ao executado. Tendo em conta o volume de Receita Cobrada Líquida, verifica-se um nível de 100,38% de execução orçamental face ao orçado. O saldo de gerência rolante atinge em 2021 o valor de 5.479.014,00€, o que representa uma evolução de 3,02% face ao período homólogo.



Descrição	Provisões Corrigidas (PC)	Receita Cobrada Líquida (RCL)	Grau de Execução	Peso (%)
Taxas, multas e outras penalidades	50 €	5.376 €	10752,06%	0,55%
Rendimentos da propriedade	25.000 €	24.800 €	99,20%	2,54%
Transferências correntes (quotas dos beneficiários)	165.000 €	160.761 €	97,43%	16,49%
Rendas - Habitações/Edifícios	780.000 €	781.727 €	100,22%	80,20%
Outras receitas correntes	200 €	2.006 €	1003,01%	0,21%
<b>Receita Corrente</b>	<b>970.250 €</b>	<b>974.670 €</b>	<b>100,46%</b>	<b>100,00%</b>
Outras receitas de capital	500 €	- €	0,00%	0,00%
Rep não abatidas nos pagamentos	250 €	- €	0,00%	0,00%
<b>Receita de Capital</b>	<b>750 €</b>	<b>- €</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total de Receita do Ano</b>	<b>971.000 €</b>	<b>974.670 €</b>	<b>100,38%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Na posse do serviço (16)</b>	<b>5.479.014 €</b>	<b>5.479.014 €</b>	<b>100,00%</b>	
<b>TOTAL RECEITA S/SALDO DE GERÊNCIA</b>	<b>6.450.014 €</b>	<b>6.453.684 €</b>	<b>100,06%</b>	

Quadro 2: Grau de execução das Receitas em 2020

No que respeita à análise, da receita cobrada líquida arrecadada em 2021 por proveniência, 75% teve origem na cobrança das rendas habitacionais e 16,5% com transferências correntes (quotas dos subscritores):

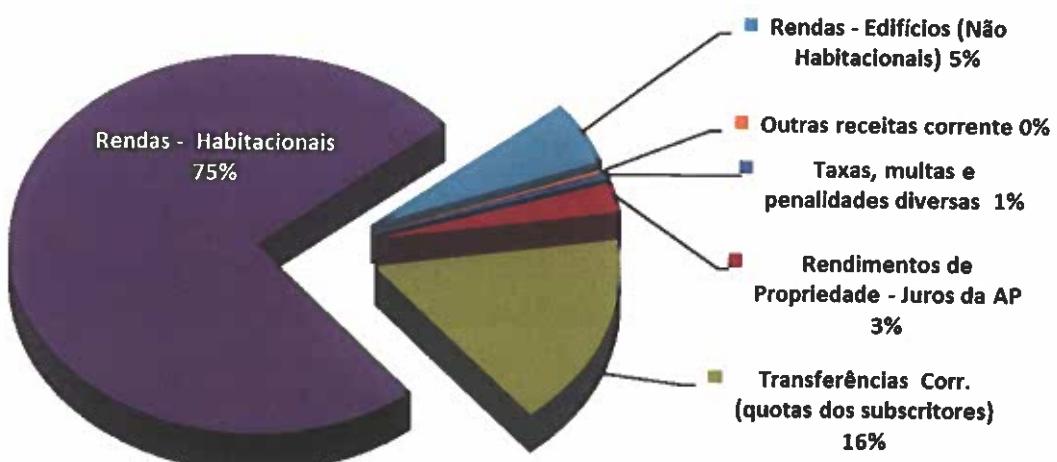


Gráfico 5: Estrutura da Receitas 2021



## 2. DESPESA

No quadro seguinte, apresenta-se a estrutura e a evolução homóloga da despesa CPPSP.

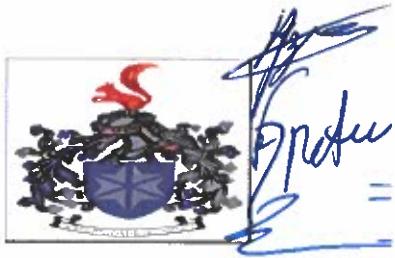
Distribuição por Capítulo de Despesa

CAPITULOS	2020		2021				% Variação
	Despesa Paga	% Peso nas Despesas	Despesa Corrigida sem cátivos	Despesa Paga	% Execução	% Peso nas Despesas	
Despesas com Pessoal	255.779,79 €	32,99%	290.436,00 €	257.469,61 €	88,65%	33,36%	0,66%
Aquisição de bens e serviços	69.086,36 €	8,91%	110.641,00 €	71.531,27 €	64,65%	9,27%	3,54%
Transferências correntes	41.659,96 €	5,37%	76.038,00 €	74.998,34 €	98,63%	9,72%	80,02%
Outras Despesas correntes	1.905,42 €	0,25%	8.183,00 €	2.179,95 €	26,64%	0,28%	14,41%
<b>Total das Despesa Correntes</b>	<b>368.431,53 €</b>	<b>47,52%</b>	<b>485.298,00 €</b>	<b>406.179,17 €</b>	<b>83,70%</b>	<b>52,63%</b>	<b>10,25%</b>
Aquisição de bens de investimento	406.815,07 €	52,48%	377.900,00 €	365.623,49 €	96,75%	47,37%	-10,13%
<b>Total das Despesas Capital</b>	<b>406.815,07 €</b>	<b>52,48%</b>	<b>377.900,00 €</b>	<b>365.623,49 €</b>	<b>96,75%</b>	<b>47,37%</b>	<b>-10,13%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>775.246,60 €</b>	<b>100%</b>	<b>863.198,00 €</b>	<b>771.802,66 €</b>	<b>89,41%</b>	<b>100%</b>	<b>-0,44%</b>

Quadro 3: Estrutura e evolução das despesas 2020-2021

Analizando a execução orçamental numa lógica de ponderação das rubricas no total de despesa, há a salientar o seguinte:

- O agrupamento “Aquisição de bens de investimento”, detém um peso de 47,37% da despesa total e exibiu a maior descida em termos absolutos (-41.192€) e relativos (-10,13%) face ao ano anterior, onde se destaca os seguintes projectos:
  - Obras de “Actualização das infra-estruturas de electricidade e comunicação na Estância de Férias de Vieira de Leiria”, com um encargo total de 95.973,09€;
  - Obras de “instalação de sistema de aquecimento de águas com painéis solares”, no valor total de 183.887,46€.
- Destacar o agrupamento “Despesas com pessoal” que, contribui com cerca de 33% dos encargos para o total da despesa e registou um acréscimo de 0,66% face a 2020 (+1.690€), justificado em pela actualização salarial;



3. As despesas com “Aquisição de bens e serviços” detêm um peso de 9,27% da despesa total e registou um crescimento de 3,54%, essencialmente justificado por um reforço dos serviços de assistência informática;
4. Apenas com um peso de 7,23% da despesa total, o aglomerado “Transferências Correntes” foi o que registou o maior aumento, tanto em termos absolutos (+33.338€), como relativos (+80,02%), explicado tanto pelo incremento na atribuição do “subsídio por morte” (+27.013 €), como pelo gasto com os Estágios da Administração Pública.

Na óptica global da despesa, esta registou uma diminuição de 2020 para 2021 na ordem dos 0,44%, promovido como se referiu anteriormente, pelo agrupamento, “Aquisição de Bens de Capital”.

Para facilitar a apreciação da evolução da despesa, apresenta-se um segundo quadro com os seus grandes agregados:

CE	Designação	Despesas Pagas		Peso	Variação 2019/2020		Variação 2020/2021	
		2019	2020		2021	2021	Valor (%)	Valor (%)
01	Despesas com pessoal	237.801 €	255.780 €	257.470 €	33,36%	17.979 €	7,56	1.690 € 0,66
02	Aquisição de bens e serviços	59.929 €	69.086 €	71.531 €	9,27%	9.157 €	15,28	2.445 € 3,54
04	Transferências correntes	38.849 €	41.660 €	74.998 €	9,72%	2.811 €	7,23	33.338 € 80,02
06	Outras despesas correntes	3.970 €	1.905 €	2.180 €	0,28%	- 2.065 €	-52,01	275 € 14,41
07	Aquisição de bens de capital	178.595 €	406.815 €	365.623 €	47,37%	228.220 €	127,79	- 41.192 € -10,13
10	Passivos Financeiros	21.129 €	- €	- €	0,00%	- 21.129 €	-100,00	- € -
<b>TOTAL</b>		<b>540.274 €</b>	<b>775.247 €</b>	<b>771.803 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>234.972 €</b>	<b>43,49</b>	<b>- 3.444 € -0,44</b>

Quadro 3: Evolução das despesas por agrupamento 2019-2021

Pelo quadro 3, onde se espelha todos os agrupamentos da despesa global do triénio 2019 a 2020, confirma a execução orçamental em 2021 que ascendeu aos 771.803€, tendo-se verificado crescimento, nos agrupamentos económico de “Transferências Correntes” e “Aquisição de Bens e Serviços” e “Despesas com pessoal”.



Os gráficos seguintes mostram o peso e a evolução dos agrupamentos, sendo que em destaque, observa-se o aumento das despesas com as “Transferências Aquisição de bens de capital e “Despesas com Pessoal”:

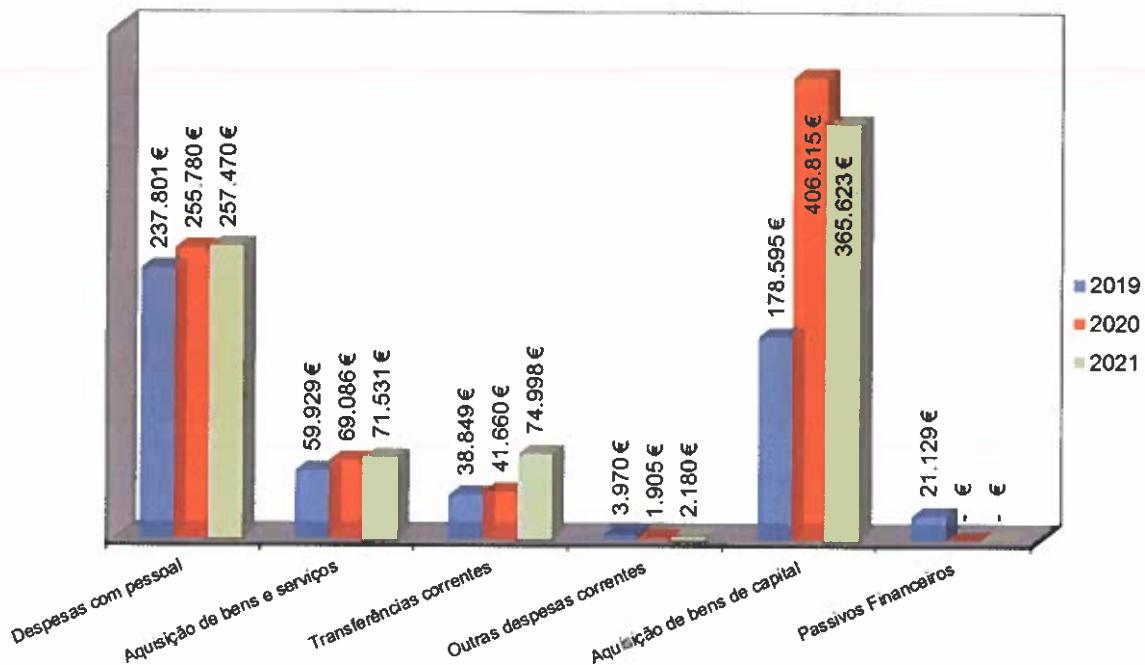


Gráfico 6: Evolução das despesas por agrupamento 2019-2021

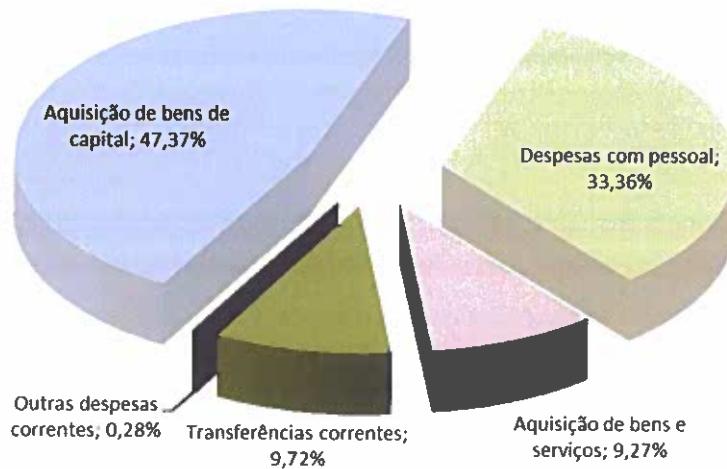


Gráfico 7: Estrutura da Despesa 2021



### 3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A avaliação do grau de cobertura em 2021, reflecte um equilíbrio total da despesa em relação à receita total (1,26), reflexo da superioridade da cobrança da receita face à despesa. Este comportamento tem impacto no aumento no Saldo de Gerência para 2022, como será referido no ponto 4 – PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS.

	2018	2019	2020	2021
RECEITA CORRENTE	897.031 €	915.087 €	936.054 €	974.670 €
RECEITA DE CAPITAL	- €	- €	- €	- €
<b>RECEITA TOTAL (Deduzido do Saldo de Gerência)</b>	<b>897.031 €</b>	<b>915.087 €</b>	<b>936.054 €</b>	<b>974.670 €</b>
DESPESA CORRENTE	333.229 €	340.550 €	368.432 €	406.179 €
DESPESA DE CAPITAL	238.247 €	199.724 €	406.815 €	365.623 €
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>571.476 €</b>	<b>540.274 €</b>	<b>775.247 €</b>	<b>771.803 €</b>
<b>SALDO</b>	<b>325.555 €</b>	<b>374.813 €</b>	<b>160.807 €</b>	<b>202.867 €</b>
Grau de cobertura - CORRENTE	2,69	2,69	2,54	2,40
Grau de cobertura - CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Grau de Cobertura - TOTAL</b>	<b>1,57</b>	<b>1,69</b>	<b>1,21</b>	<b>1,26</b>
<b>TAXA DE CRESCIMENTO</b>	<b>2016-2018</b>	<b>2018-2019</b>	<b>2019-2020</b>	<b>2019-2021</b>
Receita	-1,72%	2,01%	2,29%	4,13%
Despesa	-4,23%	-5,46%	43,49%	-0,44%

Quadro 4: Resumo execução orçamental 2018 – 2021

Não existe Receitas de Capital, no entanto, o nível das Receitas Correntes são o suficiente para cobrir as Despesas Totais, reforçado ainda mais pelo aumento da receita e diminuição das Despesas.

O saldo global entre a receita e despesa subjacente à execução orçamental de 2021 do CPPSP, ascendeu a 202.867€, o qual irá transitar para 2022. Adicionado aos saldos da gerência anteriores (5.479.014,54€), irá perfaz o valor total de 5.681.881,69€, conforme mapa de Fluxo de Caixa (em anexo).



## ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A presente análise económica – financeira sintetiza os resultados alcançados pelo Cofre de Previdência da PSP, em 31 de dezembro de 2021.

Os dados analíticos que se seguem têm com função inferir sobre a gestão dos recursos financeiros e os meios indispensáveis a um funcionamento sustentável, através de elementos fornecidos pelo Balanço e a Demonstração de Resultados, onde nos é facultada a estrutura dos capitais e a forma como se alcançaram os resultados obtidos.

### 1. BALANÇO

O Balanço é um instrumento contabilístico que reflete a situação económico-financeira das entidades, representando a sua situação patrimonial (ativo, passivo e capital próprio) num determinado momento do tempo, regra geral, reportado ao final de cada ano:

- Ativo – representa os recursos detidos pelo organismo, susceptíveis de serem avaliados pecuniariamente, a partir dos quais se espera obter benefícios económicos futuros, reconhecendo os bens e direitos da entidade assim como os custos diferidos;
- Passivo – é o conjunto dos fundos obtidos externamente para o financiamento da atividade económica, onde são reconhecidas as obrigações e os proveitos diferidos;
- Fundos Próprios – reflete o valor do investimento realizado pelos responsáveis da entidade adicionado dos lucros (ou deduzido de eventuais prejuízos). É a diferença entre o Ativo e o Passivo, obtendo-se assim a situação patrimonial do organismo.

A análise do Balanço e a situação patrimonial dos CPPSP é sinteticamente apresentada no seguinte quadro:





*[Handwritten signature]*

## 1.1. ATIVO

No Ativo verificamos um aumento em 2021 face a 2020 em 79.044,87€. Esta variação, deveu-se, sobretudo a componente “Disponibilidades”, que de acordo com o gráfico infra, continua a ser preponderante na estrutura do Ativo, representando 57,27 e 55,67% em 2021 e 2020, respetivamente.

As dívidas de “Clientes C/C” com um peso de 0,21% (20.485,83€), contempla os valores em dívida referentes as rendas habitacionais e não habitacionais, onde se verifica uma quebra de 69,09%, explicado pelo efeito conjugado do reforço de Provisões para Cobranças Duvidosas (32.663,68€), como também da renegociação da dívida com planos de pagamentos ajustados à condições financeiras dos beneficiários/utentes;

Constatar a diminuição do “Imobilizações corpóreas” em 1,45%, de 2020 para 2021, uma vez que o montante das amortizações do exercício (105.872,10€), foi superior às aquisições efectuadas (27.960,65€).

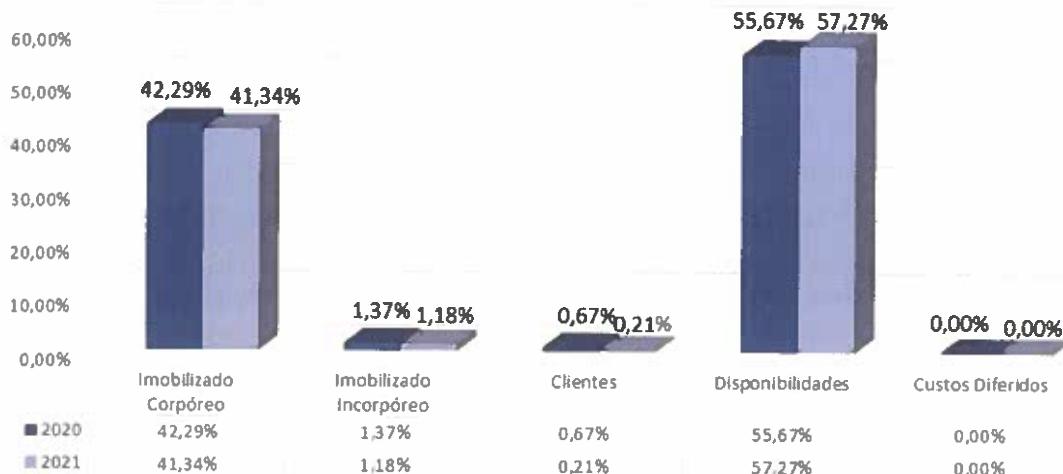


Gráfico 7 - Estrutura do Ativo

Durante o ano económico de 2021, o CPPSP procedeu à manutenção e ajustamento normal no Cadastro do Inventário dos Bens pertencentes ao serviço, efetuando os devidos acertos anuais, assim como as respetivas depreciações do exercício. Na demonstração financeira “8.2 – Ativo Bruto”, está espelhado os



montantes afetos a estas operações, onde se destaca o valor de 19.951,84€ em investimento em “Outras Imobilizações Corpóreas”.

O Ativo imobilizado inclui “Edifícios e Outras Construções” (4.011.537,09€), representa cerca de 40,43% do Ativo do CPPSP (quase 98% do Imobilizado Corpóreo), registou uma diminuição de 1,36%, que corresponde unicamente à depreciação do exercício de 2021.

O “Equipamento Básico” (44.173,11€), corresponde em cerca de 0,45% do total do Ativo e foi a segunda componente do Imobilizado a sofrer variações, devido a aquisições de equipamento hoteleiro para as casas de passantes e Lares de Estudantes (electrodomésticos). Contudo, uma vez que as proporções das amortizações do exercício foram superiores ao volume de aquisições, verifica-se um decréscimo de 19,76%.

IMOBILIZADO CORPÓREO		2021	%
Edifícios e Outras Construções		4.011.537,09 €	97,80%
Equipamento Básico		44.173,11 €	1,08%
Equipamento Administrativo		10.905,18 €	0,27%
Outras imobilizações corpóreas		35.216,59 €	0,86%
<b>TOTAL</b>		<b>4.101.831,97 €</b>	<b>100,00%</b>

Quadro 6 - Imobilizado Corpóreo

No Quadro 7 e 8, são demonstradas as variações ocorridas durante o exercício económico de 2021 no Ativo Imobilizado:

Ativo Bruto a 31-12-2021				
ATIVO IMOBILIZADO	Ativo Bruto S. Inicial	Aquisições/ Reavaluações	Alienações/ Transferências	Ativo Bruto S. Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
Propriedade Industrial	177.721,84 €	0,00 €	0,00 €	177.721,84 €
Imob em Curso	177.721,84 €	0,00 €	0,00 €	177.721,84 €
0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
Edifícios e outras construções	<b>6.784.011,34 €</b>	<b>27.960,65 €</b>	<b>-113.387,16 €</b>	<b>6.698.584,83 €</b>
5.804.557,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.804.557,73 €
Equipamento Básico	683.161,85 €	8.008,81 €	-110.887,55 €	580.283,11 €
Equipamento de Transporte	56.551,42 €	0,00 €	0,00 €	56.551,42 €
Ferramentas e Utensílios	5.286,78 €	0,00 €	-104,74 €	5.182,04 €
Equipamento Administrativo	167.240,54 €	0,00 €	-2.340,00 €	164.900,54 €
Outros	67.213,02 €	19.951,84 €	-54,87 €	87.109,99 €
<b>TOTAL</b>	<b>6.961.733,18 €</b>	<b>27.960,65 €</b>	<b>-113.387,16 €</b>	<b>6.876.306,67 €</b>

Quadro 7 - Ativo Bruto



*[Handwritten signature]*

Amortizações referentes a 31-12-2021					
IMOBILIZADO CORPÓREO	Saldo Inicial	Amortização Anual	Regularizações	Amortização Acumulada	Ativo Líquido
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>	<b>42.579,69 €</b>	<b>17.772,18 €</b>	- €	<b>60.351,87 €</b>	<b>117.369,97 €</b>
Propriedade Industrial	42.579,69 €	17.772,18 €	- €	60.351,87 €	117.369,97 €
Imob em Curso	0,00 €	- €	- €	0,00 €	0,00 €
<b>Imobilizações Corpóreas</b>	<b>2.621.942,88 €</b>	<b>88.099,92 €</b>	<b>- 113.289,94 €</b>	<b>2.596.752,86 €</b>	<b>4.101.831,97 €</b>
Edifícios e outras construções	1.737.744,73 €	55.275,91 €	- €	1.793.020,64 €	4.011.537,09 €
Equipamento Básico	628.112,09 €	18.788,24 €	<b>-110.790,33</b>	536.110,00 €	44.173,11 €
Equipamento de Transporte	56.551,42 €	- €	0,00	56.551,42 €	0,00 €
Ferramentas e Utensílios	5.286,78 €	- €	<b>-104,74</b>	5.182,04 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	151.172,62 €	5.162,74 €	<b>-2340,00</b>	153.995,36 €	10.905,18 €
Outros	43.075,24 €	8.873,03 €	<b>-54,87</b>	51.893,40 €	35.216,59 €
<b>TOTAL</b>	<b>2.664.522,57 €</b>	<b>105.872,10 €</b>	<b>-113.289,94 €</b>	<b>2.657.104,73 €</b>	<b>4.219.201,94 €</b>

Quadro 8 - Amortizações e Ativo Líquido

## 1.2. FUNDOS PRÓPRIOS

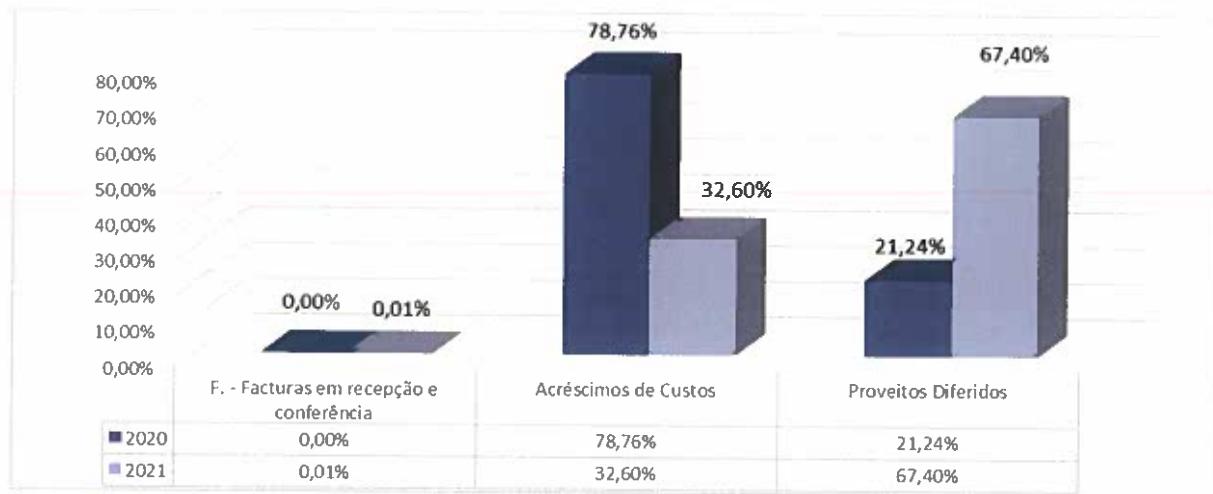
Os Fundos Próprios, findo o ano de 2021, apresentam um montante de 9.822.479,15€, um incremento de 16.366,91€ face a 2020.

## 1.3. PASSIVO

Analizando a composição do Passivo, verifica-se que as únicas componentes de relevância são os "Acréscimos de Custos", com um peso de 32,6% e Proveitos diferidos com 67,40%.



*José  
Martins*



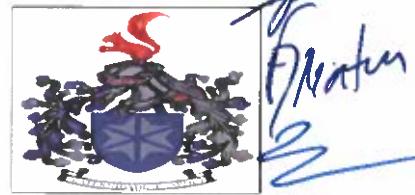
*Gráfico 8 - Estrutura do Passivo*

Os “Acréscimo de Custos” integram os custos a reconhecer no próprio exercício, cujo pagamento só venha a incorrer no exercício seguinte, como por exemplo, faturas com encargos das instalações (água, eletricidade, gás e comunicações), férias e subsídios de férias dos trabalhadores do quadro.

Relativamente aos “Proveitos Diferidos”, são fruto das rendas cobradas de janeiro de 2022 em Dezembro de 2021.

Referir ainda que, não existe outras dívidas a terceiros por prestação de serviços ou despesas de capital, aspecto importante no comportamento dos Resultados.





Observando e comparando a Demonstração de Resultados de 2021 com 2020, verificamos um incremento dos Proveitos Totais, de 69.771,80€, e nos Custos Totais, uma diminuição de 15.954,10€, aspecto que de uma forma geral, amenizou o Resultado Líquido negativo de 11.593,74€.

Nos Proveitos Totais, constatamos que a componente de maior peso continua a ser os “Proveitos Suplementares” por intermédio das rendas de imóveis, afigura-se como a fonte de rendimentos por excelência, comportando um peso de 69,83% no total dos Proveitos.

Referir a importância das “Quotas” dos Subscritores, que registou um ligeiro decréscimo de 0,43%, revelador da estabilidade das receitas advindas dos subscritores. Esta receita detém um peso significativo na ordem dos 16,23%;

O maior crescimento em termos absolutos e relativos observa-se nos “Proveitos e Ganhos Extraordinários”, devido a reversão de imparidade de clientes (diminuição das provisões para cobranças duvidosas).

De uma forma global, a figura seguintes evidência a evolução de todas as rubricas nos dois períodos em análise.

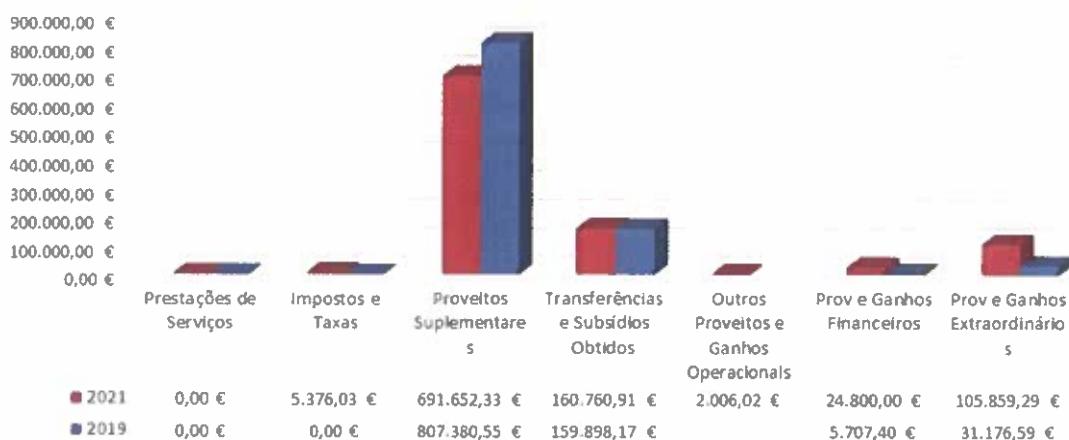


Gráfico 9 – Repartição de Proveitos



Na estrutura de custos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), representa cerca de 43% do total dos custos e perdas e afigura um decréscimo de -5,91% face a 2020. Este desenvolvimento em 2021 é suportada em grande parte pelas despesas em “Conservação e reparação”, com um valor de 299.503,70€, diminui cerca de 73 mil euros face a 2020. Esta rubrica, detém um peso de 70% no FSE; Os “Custos com o Pessoal”, apresentam um encargo de 26,11% no total dos Custos e Perdas, ocupa assim o segundo lugar na estrutura de custos, sendo que comparativamente a 2020, verifica-se um acréscimo de 2,51%;

Referir o valor das “Provisões do exercício”, com um peso de 12,05% no total dos custos, e refere-se a ajustamentos de Provisões por cobrança duvidosa relacionada com rendas em mora, situação que revela uma descida de 27.548,03 face a 2020.

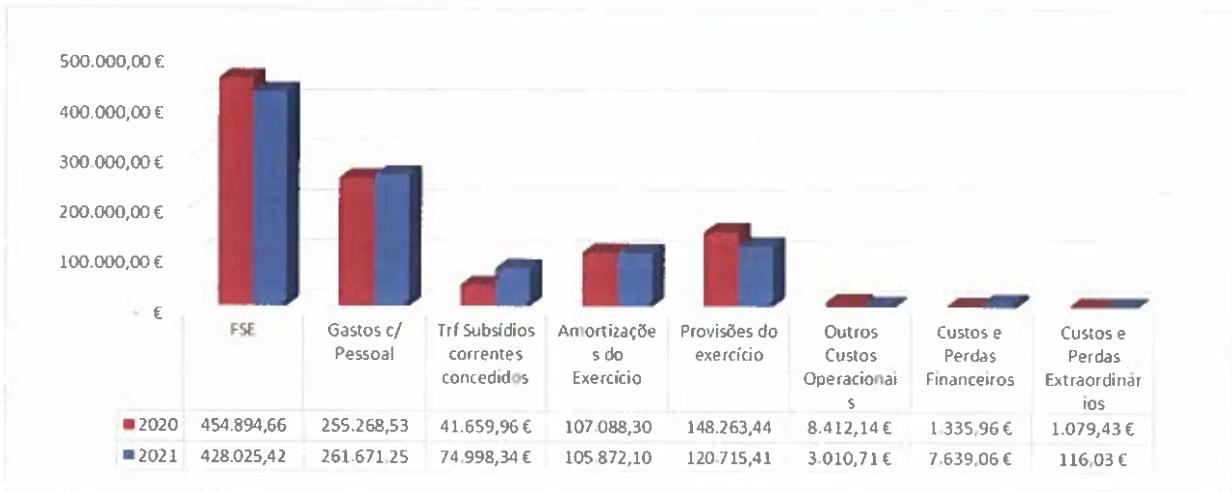


Gráfico 10 – Repartição de Custos

Na figura seguinte, observa-se um resumo dos Resultados dos últimos quatro anos e numa primeira análise, realçar o facto do exercício de 2019 está em contraciclo com os restantes, fruto da actividade operacional, em particular dos acréscimos de gastos verificados nos FSE e pela constituição das provisões, que por si só, condiciona o resultado do exercício em 2020 e 2021.



*[Handwritten signature]*

Com valores equiparados nos últimos dois anos, revelador da estabilidade da atividade do CPPSP, sendo que apenas os Resultados Financeiro evidenciam um comportamento positivo, muito por causa das taxas de remuneração dos CEDIM's.

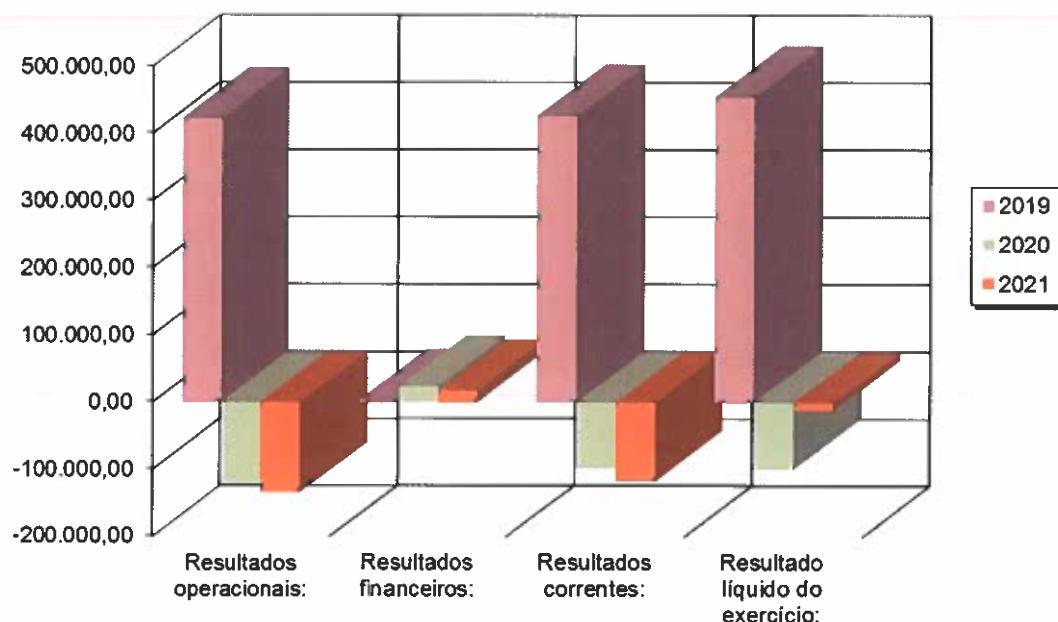


Gráfico 11: Resultados 2019-2021

Em suma, origina que os Resultados Líquidos do Exercício, apresentem um acréscimo face a 2020 na ordem dos 87.731,92€.

Para efeito de controlo dos objetivos estabelecidos para 2021, importa analisar o rácio despesas / receitas operacionais:

RESULTADOS	Unidade monetária: Euro		
	Exercícios		
	2019	2020	2021
Receitas Operacionais	967.278,72	893.876,76	859.795,29
Despesas Operacionais	545.209,80	1.015.587,03	994.293,23
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>422.068,92</b>	<b>-121.710,27</b>	<b>-134.497,94</b>
Rácio	1,77	0,88	0,86
Variação anual do rácio	24,78%	-89,40%	-1,54%

Quadro 10: Rácio de Cobertura das Despesas Operacionais



*[Handwritten signature]*

O indicador mostra em 2021, um retrocesso ligeiro da performance na execução da Receitas Operacionais face às Despesas Operacionais, verificando-se um decrescimento do Rácio, situando-se no final do exercício em 0,86%.

### **3. INDICADORES DA ANÁLISE DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL**

Os indicadores da análise da contabilidade patrimonial revestem uma extrema importância na medida em que proporcionam uma síntese da informação financeira para a ajuda na tomada de decisões na gestão de qualquer entidade. Estes indicadores não são mais do que uma mera relação entre contas e agrupamentos de contas do Balanço e da Demonstração de Resultados.

#### **3.1. SOLVABILIDADE**

A solvabilidade é o indicador que permite avaliar a capacidade do organismo regularizar de imediato todos os seus passivos. A existência de solvabilidade depende do grau de cobertura do passivo por fundos próprios e da capacidade da entidade para gerar resultados. Quanto maior o valor deste rácio, melhor a entidade responde aos seus compromissos mantendo a sua autonomia financeira.

$$\text{Rácio de Solvabilidade}_{2021} = \frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo Total}} = \frac{9.822.479,15\text{€}}{99.266,16\text{€}} = 98,95$$

$$\text{Rácio de Solvabilidade}_{2020} = \frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo Total}} = \frac{9\,806\,112,24\text{€}}{36\,594,57\text{€}} = 267,97$$

Em 2021, o CPPSP apresenta uma capacidade de cobrir com meios próprios todos os compromissos existentes à data do Balanço, em cerca de 98 vezes.

#### **3.2. AUTONOMIA FINANCEIRA**

Este rácio pretende identificar a dependência da entidade face aos seus credores. É o indicador contrário ao do endividamento. Quanto maior o rácio, melhor a capacidade da entidade se autofinanciar.



*[Handwritten signature]*

$$Autonomia\ Financeira_{2021} = \frac{Fundos\ Próprios}{Activo\ Total} \times 100 = \frac{9.822.479,15\text{€}}{9.921.751,68\text{€}} \times 100 = 99,00\%$$

$$Autonomia\ Financeira_{2020} = \frac{Fundos\ Próprios}{Activo\ Total} \times 100 = \frac{9\ 806\ 112,24\text{€}}{9\ 842\ 706,81\text{€}} \times 100 = 99,63\%$$

O CPPSP continua a apresentar um bom grau de autonomia financeira, sendo capaz de autofinanciar o seu Ativo em cerca de 100%.

### 3.3. LIQUIDEZ GERAL

O rácio de liquidez geral representa a capacidade do organismo fazer face aos compromissos de curto prazo. Quanto maior for este rácio, maior a evidência de que os débitos a curto prazo podem ser atempadamente pagos nos prazos.

No caso do CPPSP o rácio é total, uma vez que particamente não existe Passivo Circulante.



F. Geral  
F. Geral

#### 4. PROPOSTA DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em termos de fecho de contas e segundo apreciação e aprovação do Conselho de Administração, é assumido os seguintes valores:

- A Receita Cobrada Líquida foi no valor de 974.669,81€, enquanto a Despesa total se fixou na ordem dos 771.802,66€ refletindo um aumento do saldo em 202.867,15€;
- Os Proveitos foram de 990.454,58€, enquanto os Custos atingiram o valor de 1.002.048,32€;
- O Resultado Líquido negativo do Exercício corresponde ao montante de 11.593,74€;
- O Resultado de Gerência apurado em 2021 registou o montante acumulado na ordem dos 5.681.881,69€, o qual irá transitar para o ano de 2022.

Dado o Resultado Líquido do Exercício de 2021 ser negativo, no valor de 11.593,74€, não se aplica o reforço em 20% do Fundo de Reserva e 80% no Fundo do Cofre, pelo que o valor deverá ser registado na conta a conta 59 – Resultados Transitados.



*Ass  
Ribeiro  
Z*

## ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas que a seguir se apresentam, visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidas no ponto 8 do POCP, do Decreto-Lei n.º 232/97 e na Instrução n.º 1/2004 do Tribunal de contas.

As notas não incluídas neste anexo não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3 do POCP. As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações do Cofre de Previdência da PSP, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, especialização, substância sobre a forma, materialidade e especialização do exercício.

### 8.2. NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1. Indicação e justificação das disposições do POCP que, em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da autarquia local.

Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar.

8.2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar.

8.2.3. Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações, provisões e acréscimos e diferimentos

- a) Existências – Custo médio de aquisição e outras despesas adicionais;



- b) Imobilizações - Manteve-se igualmente o custo de aquisição como critério valorimétrico das imobilizações adquiridas aos fornecedores de imobilizado;
- c) Amortizações - O método utilizado para cálculo das amortizações foi o das quotas constantes em regime de duodécimos, sendo que as taxas aplicadas são as definidas no CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado);
- d) Dívidas de e a terceiros – Estas contas estão registados a valores nominais, sendo que a 31 de dezembro de 2021, apenas existe dívidas de terceiros;
- e) Acréscimos de proveitos – Nenhum registo a assinalar;
- f) Custos Diferidos – Despesas pagas em 2021, em que parte do custo deve ser considerado em 2022. Como é o caso dos seguros de viaturas;
- g) Acréscimos de Custos - Registo das remunerações e respetivos encargos a pagar em 2022 por motivo de férias e despesas pagas em 2022, em que parte do custo é referente a 2021 (encargos das instalações, água, eletricidade e gás, e encargos sociais);
- h) Proveitos diferidos – montantes referentes a 2022, mas emitidos e recebidos em 2021, como é o caso das Rendas habitacionais e não habitacionais;
- i) Disponibilidades: As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

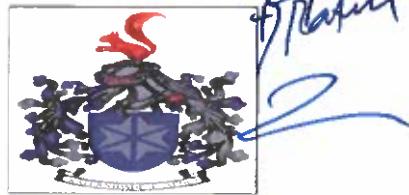
8.2.4. Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar.

8.2.5. Situações em que o resultado do exercício foi afetado.

- a) Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4, «Critérios de valorimetria» - Não aplicável;
- b) Por amortizações do activo imobilizado superiores às adequadas – Não aplicável;
- c) Por provisões extraordinárias respeitantes ao activo - A constituição de provisões para cobrança duvidosa foi razão principal pelo impacto nos resultados. -

## Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão



8.2.6. Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento.

Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar.

8.2.7. e 8.2.8 Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros do Ativo Bruto e das Amortizações e Provisões.

### a) Relação de Bens Imóveis por grupo homogéneo

Grupo Homogéneo	Ano	Valor Patrimonial	TX Amort.	Valor da Amortização	Valor Líquido	Abates
3010102	2006	242.509,67 €	1,25%	34.153,62 €	208.356,05 €	
3010102	2007	301.937,07 €	1,25%	39.814,59 €	262.122,48 €	
3010102	2015	5.238.394,17 €	1,25%	1.717.618,74 €	3.520.775,43 €	
4010102	2016	21.716,82 €	1,25%	1.433,69 €	20.283,13 €	
<b>TOTAL</b>		<b>5.804.557,73 €</b>		<b>1.793.020,64 €</b>	<b>4.011.537,09 €</b>	

### b) Relação de Equipamento de Transporte (viaturas)

N.º de Inventário	Designação	Valor Patrimonial	TX Amort.	Valor da Amortização	Valor Líquido	Abates
1000001830	Rover 400 RT 02-41-JV	7.432,09 €	16,66%	7.432,09 €	- €	
1000001831	Ford Mondeo 2-0 TDCI 97-GU-45	31.698,00 €	12,50%	31.698,00 €	- €	
1000001832	VIATURA "PEUGEOT 505" MATRICULA 11-52-AI	17.421,33 €	16,66%	17.421,33 €	- €	
	<b>TOTAL</b>	<b>56.551,42 €</b>		<b>56.551,42 €</b>	<b>- €</b>	

8.2.9. Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.10. e 8.2.11 Reavaliações.

Não se verificaram situações desta natureza.



*Aceite  
D.R.P.  
Z*

8.2.12. Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas.

IMOBILIZADO CORPÓREO	2021	%
Edifícios e Outras Construções	4.011.537,09 €	97,80%
Equipamento Básico	44.173,11 €	1,08%
Equipamento Administrativo	10.905,18 €	0,27%
Outras imobilizações corpóreas	35.216,59 €	0,86%
<b>TOTAL</b>	<b>4.101.831,97 €</b>	<b>100,00%</b>

8.2.13. Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.14. Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

O Sistema de Inventário e Cadastro em vigor carece de atualização, sendo que em 2021 iniciou com recursos internos atualização do cadastro. Contudo, o organismo tem como objetivo num futuro próximo, proceder a um processo mais exaustivo e rigoroso de arrolamento de todos os bens existentes.

8.2.15. Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respetivas razões.

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.16. Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar.

8.2.17. Relativamente aos elementos incluídos nas contas «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria», indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.



*[Handwritten signature]*

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.18. Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.19. Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.20. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.21. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.22. Valores globais das existências que se encontram fora da entidade (consignadas, em trânsito, à guarda de terceiros).

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.23. Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Em 31 de dezembro de 2021, as dívidas de clientes ascendem a 20.485,83€, encontrando-se provisionadas na conta Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa o montante de 163.119,56€, como se pode observar no quadro seguinte:



*Assassinato  
Machado*

Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Unidade € Saldo Final
Dividas de terceiros de cobrança duvidosa	148.263,44	32.663,68	17.807,56	163.119,56
<b>TOTAL</b>	<b>148.263,44</b>	<b>32.663,68</b>	<b>17.807,56</b>	<b>163.119,56</b>

**8.2.24. Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da entidade.**

Não se verificaram situações desta natureza.

**8.2.25. Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.**

Não se verificaram situações desta natureza.

**8.2.26. Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.**

Não existem débitos ao Estado e Outros Entes Públicos cujo pagamento esteja em mora. A 31 de dezembro de 2021, a rubrica Estado e Outros Entes Públicos, reflete um saldo nulo.

**8.2.27. Valor das dívidas a terceiros (ou parte de cada uma delas) a mais de cinco anos. Esta indicação deve ser repartida de acordo com as rubricas constantes do balanço.**

Não se verificaram situações desta natureza.

**8.2.28. Valor das dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, com indicação da natureza e da forma destas, bem como da sua repartição em conformidade com as rubricas do balanço.**

Não se verificaram situações desta natureza.

**8.2.29. Descrição das responsabilidades da entidade por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais, bem como os avales prestados, de acordo com um mapa do tipo seguinte:**

Não se verificaram situações desta natureza.



*Azevedo  
Grafar  
2*

8.2.30. Indicação da diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.31. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, de acordo com um quadro do seguinte tipo:

PROVISÕES	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Unidade € Saldo Final
19 - Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 - Provisões para cobranças duvidosas	148.263,44	32.663,68	17.807,56	163.119,56
292 - Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49 - Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>148.263,44</b>	<b>32.663,68</b>	<b>17.807,56</b>	<b>163.119,56</b>

As provisões para cobranças duvidosas foram constituídas de acordo com os valores em dívida das rendas habitacionais e não habitacionais.

8.2.32. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Rúbricas	2020	2021	Variação
Património	4.235.101,70	4.235.101,70	0,00
Fundo de Reserva	892.164,37	892.164,37	0,00
Fundo do Cofre	3.463.759,83	3.463.759,83	0,00
Resultado Transitados	1.314.412,00	1.243.046,99	-71.365,01
Resultado Líquido do Exercício	-99.325,66	-11.593,74	87.731,92
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>9.806.112,24</b>	<b>9.822.479,15</b>	<b>16.366,91</b>

De acordo com a distribuição de resultados aprovada em Abril de 2021, o montante apurado referente a 2020, -99.325,66€ foi aplicado 100% em Resultados Transitados.

8.2.33. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.



*Brasão  
PSP  
2022*

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.34. Demonstração da variação da produção.

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.35. Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, registado na conta 71 «Vendas e prestações de serviços», por actividades e por mercados (interno e externo), na medida em que tais actividades e mercados sejam consideravelmente diferentes.

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.36. Desdobramento da conta 75 - «Trabalhos para a própria entidade», por rubricas da conta de imobilizado.

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.37. Demonstração dos resultados financeiros

Conta	Custos e Perdas	Unidade €	
		2021	2020
681	Juros suportados	24,11	5,52
682	Perdas em entidades participadas		
683	Amortizações de investimentos em imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		
688	Outros custos e perdas financeiros	7.614,95	1.330,44
	Resultados Financeiros	17.160,94	23.464,04
		24.800,00	24.800,00



*J. Ribeiro  
Z. Ribeiro*

## Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão

Conta	Proveitos e Ganhos	2021	2020
781	Juros obtidos	24 800,00	24 800,00
782	Ganhos em entidades participadas		
783	Rendimentos de imóveis		
784	Rendimentos de participações de capital		
785	Diferenças de câmbio favoráveis		
786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
		<b>24 800,00</b>	<b>24 800,00</b>

### 8.2.38. Demonstração dos resultados extraordinários

Unidade €

Conta	Custos e Perdas	2021	2020
691	Transferências de capital concedidas		
692	Dívidas incobráveis		
693	Perdas em existências		
694	Perdas em imobilizações	97,22	
695	Multas e Penalidades		
696	Aumentos de amortizações e de provisões		
697	Correções relativas a exercícios anteriores	18,81	1 079,43
698	Outros custos e perdas extraordinárias		
	Resultados Extraordinários	105.743,26	-1 079,43
		<b>105.859,29</b>	<b>0,00</b>

Conta	Proveitos e Ganhos	2021	2020
791	Restituições de impostos		
792	Recuperação de dívidas		
793	Ganhos em existências		
794	Ganhos em imobilizações		
795	Benefícios de penalidades contratuais		
796	Reduções de amortizações e de provisões	105.859,29	
797	Correções relativas a exercícios anteriores		
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários		
		<b>105.859,29</b>	<b>0,00</b>



*[Handwritten signatures]*

8.2.39. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Acréscimos e Diferimentos

De acordo com o princípio de especialização do exercício, foram contabilizados em Acréscimos e Diferimentos o seguinte:

SALDOS DEVEDORES	2021	2020	Unidade €
271 - Acréscimos de Proveitos			
Outros Acréscimos de Proveitos	0,00	0,00	
<b>Sub-Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
272 - Custos Diferidos			
Outros Custos Diferidos	182,22	198,23	
<b>Sub-Total</b>	<b>182,22</b>	<b>198,23</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>182,22</b>	<b>198,23</b>	

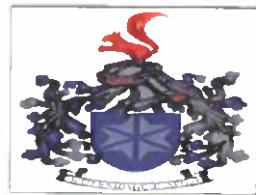
O saldo da conta 27.2 – Custos Diferidos inclui custos incorridos em 2021, cuja parte do custo deve ser considerado em 2022, nomeadamente:

- Seguros de viaturas no valor de 182,22 €

SALDOS CREDORES	2021	2020	Unidade €
273 - Acréscimos de Custos			
Remunerações a Liquidar	32.110,11	27.908,47	
Outros Acréscimos de Custos	249,65	912,74	
<b>Sub-Total</b>	<b>32.359,76</b>	<b>28.821,21</b>	
274 - Proveitos Diferidos			
Outros proveitos diferidos	66.906,40	7.773,36	
<b>Sub-Total</b>	<b>66.906,40</b>	<b>7.773,36</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>99.266,16</b>	<b>36.594,57</b>	

O saldo da conta 27.3 – Acréscimos de custos inclui os custos de faturas lançadas em 2022 referente a 2021:

## Cofre de Previdência da PSP – Relatório de Gestão



*Hélio  
Faria  
2*

- Férias + Subsídio de férias a liquidar em 2021;
- Acréscimos relativos a faturas de 2021 somente processadas em 2021 (água, electricidade, gás entre outros).

Designação da entidade	Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública
Gerência	01/01/2021 a 31/12/2021

## DOCUMENTOS ENVIADOS

Montante anual de receita igual ou superior a 5000 vezes o índice 100 da escala indicária das carreiras do regime geral da função pública	Montante anual de receita inferior a 5000 vezes o índice 100 da escala indicária das carreiras do regime geral da função pública	Montante anual de receita ou despesa igual ou inferior ao limite definido pelo Tribunal de Contas para efeitos de dispensa da remessa de contas
---	--	---



- Balanço - Demonstração de resultados - Controlo Orçamental de despesa - Controlo Orçamental de receita - Mapa de Fluxos de Caixa - Contas de Ordem - Conta de Operações de Tesouraria - Caracterização da entidade - Contratação administrativa - Empréstimos - Relatório de gestão - Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta pelo orgão executivo - Norma de controlo interno e suas alterações - Síntese das reconciliações bancárias - Relação nominal de responsáveis, relativa ao período a que se reporta a prestação de contas - Resumo diário de tesouraria e respetivas reconciliações bancárias - Inventário com a discriminação exaustiva de todos os bens móveis e imóveis, direitos e obrigações, bem como das responsabilidades legais, judiciais e contratuais transferidos para a nova freguesia - Mapa com a indicação do pessoal do quadro, contratado ou em qualquer outra situação, existente na entidade, que transitou para a nova freguesia
--

- Controlo Orçamental da despesa - Controlo Orçamental da receita - Mapa de Fluxos de Caixa - Contas de Ordem - Conta de Operações de Tesouraria - Caracterização da entidade - Empréstimos - Relatório de gestão - Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta pelo orgão executivo - Norma de controlo interno e suas alterações - Síntese das reconciliações bancárias - Relação nominal dos responsáveis, relativa ao período a que se reporta a prestação de contas - Resumo diário de tesouraria e respetivas reconciliações bancárias - Inventário com a discriminação exaustiva de todos os bens móveis e imóveis, direitos e obrigações, bem como das responsabilidades legais, judiciais e contratuais transferidos para a nova freguesia - Mapa com a indicação do pessoal do quadro, contratado ou em qualquer outra situação, existente na entidade, que transitou para a nova freguesia
--

- Mapa de Fluxos de Caixa - Conta de Operações de Tesouraria - Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta pelo orgão executivo - Relação nominal dos responsáveis, relativa ao período a que se reporta a prestação de contas - Controlo orçamental de despesa - Controlo orçamental de receita - Caracterização da entidade - Resumo diário de tesouraria e respetivas reconciliações bancárias - Inventário com a discriminação exaustiva de todos os bens móveis e imóveis, direitos e obrigações, bem como das responsabilidades legais, judiciais e contratuais transferidos para a nova freguesia - Mapa com a indicação do pessoal do quadro, contratado ou em qualquer outra situação, existente na entidade, que transitou para a nova freguesia
--

Lisboa, 25 de Março de 2022

## O CONSELHO ADMINISTRATIVO

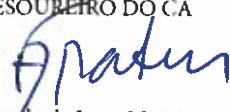
O SECRETÁRIO DO CA

Leontino Jorge Carmo  
Chefe

PRESIDENTE DO CA

Albano José da Costa Azevedo  
Técnico Superior

O TESOUERIRO DO CA

Fernando de Jesus Mateus  
Chefe



## COFRE DE PREVIDÊNCIA DA PSP

### DECLARAÇÃO

O Conselho Administrativo do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública declara, para os devidos efeitos, que na conta de Gerência referente ao ano de 2021, não houve movimento de funcionários em regime de acumulação de funções.

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

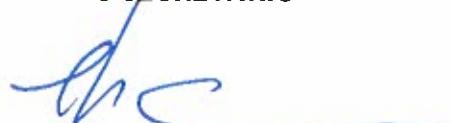
O PRESIDENTE



Alvaro José da Costa Azevedo

Técnico Superior

O SECRETÁRIO



Leontino Jorge Carmo

Chefe

O TESOUREIRO



Fernando de Jesus Mateus

Chefe



# Tribunal de Contas

## Cofre de Previdência da PSP

### ANEXO

#### Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas do exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021 do Cofre de Previdência da PSP declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas individuais ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respectivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;



# Tribunal de Contas

## Cofre de Previdência da PSP

h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores:

O CONSELHO ADMINISTRATIVO

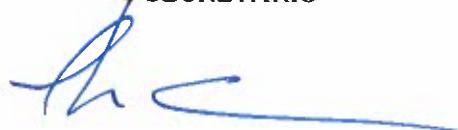
O PRESIDENTE



Albano José da Costa Azevedo

Técnico Superior

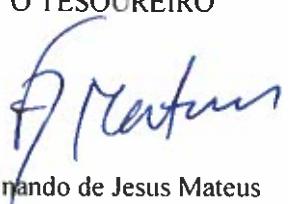
O SECRETÁRIO



Leontino Jorge Carmo

Chefe

O TESOUREIRO



Fernando de Jesus Mateus

Chefe

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:



## COFRE DE PREVIDÊNCIA DA PSP

.....ACTA Nº 01.....

----- No dia 25 de Março do ano de dois mil e vinte dois, nesta cidade de Lisboa e sede do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública, reuniu em sessão extraordinária, pelas 16 horas, o Conselho Administrativo do Cofre de Previdência, constituído pelos Senhores: Técnico Superior Albano José da Costa Azevedo na qualidade de Presidente; Chefe da Polícia de Segurança Pública Leontino Jorge Monte Arroio Dias do Carmo, na qualidade de Secretário; Chefe Principal da Polícia de Segurança Pública Fernando de Jesus Mateus, na qualidade de Tesoureiro, com a seguinte ordem de trabalhos.....

-----Único: Examinar a Conta de Gerência do ano de dois mil e vinte e um, a qual foi aprovada por unanimidade.....

-----E não havendo mais nada a tratar se encerrou a presente acta que vai ser assinada pelos presentes.....

.....

.....O CONSELHO ADMINISTRATIVO.....

.....O PRESIDENTE.....

  
..... Albano José da Costa Azevedo .....

.....Técnica Superior.....

.....O SECRETÁRIO.....

  
..... Leontino Jorge Carmo .....

.....Chefe.....

.....O TESOUREIRO.....

  
..... Fernando de Jesus Mateus .....

.....Chefe Principal.....

.....Está conforme.....

Lisboa e Serviços Sociais da PSP, 25 de Março de 2022



## COFRE DE PREVIDÊNCIA DA PSP

.....ACTA Nº 02.....

-----No dia 25 de Março do ano de dois mil e vinte dois, na Sede do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública, sita na Rua de Xabregas, número quarenta e quatro, desta cidade, pelas 16 horas, reuniu o Conselho Administrativo do mesmo Serviço, constituído Técnico Superior Albano José da Costa Azevedo na qualidade de Presidente; Chefe da Polícia de Segurança Pública Leontino Jorge Monte Arroio Dias do Carmo, na qualidade de Secretário; Chefe Principal da Polícia de Segurança Pública Fernando de Jesus Mateus, na qualidade de Tesoureiro, a fim de apreciarem a Conta de Gerência relativa ao período de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro do ano de 2021, a enviar ao Tribunal de Contas para efeito de julgamento.-----

-----E passando seguidamente a examinar os documentos que constituem a Conta de Gerência, verifica-se que:---

- Os recebimentos atingiram o montante de 974 669,81€, enquanto os pagamentos atingiram o montante de 771 802,66€.-----
- Os proveitos foram de 990 454,58€, enquanto os custos foram 1 002.048,32€, verificando-se um Resultado líquido negativo do exercício de 11 593,74€.-----
- O resultado de gerência rolante é de 5 681.881,69€.-----

-----E não havendo mais nada a tratar deu-se por findo os trabalhos de que se lavrou a presente acta, que depois de lida, em voz alta, a acharam conforme, ratificaram e vai ser assinada por todos os membros do Conselho Administrativo.-----

.....O CONSELHO ADMINISTRATIVO.....

.....O PRESIDENTE.....

.....Albano José da Costa Azevedo .....  
.....Técnico Superior .....

.....O SECRETÁRIO.....

.....Leontino Jorge Carmo .....  
.....Chefe.....

.....O TESOUREIRO.....

.....Fernando de Jesus Mateus.....

.....Chefe Principal.....